



UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Isabel Cristina Oliveira da Silva¹

Universidade Federal de Alagoas- UFAL

belcrysos@hotmail.com

Iris Luanda Rodrigues França²

Universidade Federal de Alagoas- UFAL

Iris.luanda@hotmail.com

Área para publicação: Educação – ensino, 2013.

Palavras-Chaves: história; ensino médio; desafios; possibilidades.

INTRODUÇÃO

O presente artigo intitulado “Uma investigação sobre o ensino de história no ensino médio: desafios e possibilidades”, objetiva refletir acerca dos caminhos da história ensinada em nossas escolas, buscando visualizar quais têm sido as dificuldades encontradas pelos professores, bem como, quais as contribuições que o ensino de história tem proporcionado na formação dos alunos, em específico aqueles pertencentes ao ensino médio. Vale ressaltar, que estas inquietações originaram-se dos estudos referentes à disciplina de Saberes e Metodologias do Ensino de História I, do curso de pedagogia da Universidade Federal de Alagoas- Campus do Sertão.

Feito os esclarecimentos quanto à finalidade deste trabalho, iniciemos as discussões. Tendo em vista o século XIX, principalmente depois da proclamação da República em 1889, podemos perceber, de acordo com Araújo (2010, p 4) que ensino de história enfatizava os “feitos heróicos, formação nacionalista e patriótica, com apelo às festas cívicas que reafirmariam o papel dos grandes homens do Brasil”. Nesta época prevalecia uma aprendizagem mecânica e reprodutiva com o intuito de que o pretendido fosse alcançado com êxito.

Adentrando o século XX, as alterações com vista ao ensino de história não foram muitas, prevalecia, do mesmo modo, a dedicação e serviço pela pátria, a valorização de datas e de pessoas do meio político. Durante este século, dois importantes eventos intervirão

diretamente sobre o ensino de história nas escolas, os quais foram o regime militar na década 60, e o processo de redemocratização do ensino nos 80 e 90.

Nos anos 60, a educação em história foi marcada por pequenas alterações curriculares relacionadas ao método de ensino, sendo que os objetivos e conteúdos permaneciam os mesmos. Sobre isso, Coelho (2009, p 11044) afirma que “a história tradicional adequava-se aos interesses autoritários do Estado. Sua abordagem fundamentou-se em um quadro social sempre hierarquizado”.

Os anos 80 e 90, também foram marcados por pequenas reformulações curriculares, tendo em vista uma nova realidade que despertava nesta época. Segundo Alex Araújo (2010, p 5) “o processo de redemocratização impôs à escola a necessidade de adaptar -se a nova realidade político-social brasileira, buscando atender os anseios das camadas populares”. Não diferentemente da década de 60, estas reformulações caracterizavam-se em estratégias políticas, neste caso, visando responder aos interesses da lógica de mercado, os quais consistiam na disseminação de uma sociedade moderna e tecnológica.

Apesar de tais deficiências quanto à organização do ensino brasileiro, o reconhecimento da pluralidade existente na sociedade entre os anos 80 e 90, foi significativo para o surgimento de novas concepções e posturas metodológicas, as quais se contrapuseram as que estavam postas, como exemplo, podemos citar os PCNs, que “primam por uma postura voltada para o aluno e o desenvolvimento de competências e habilidades por parte do mesmo, a partir (...) do seu cotidiano sociocultural” (ARAÚJO, 2010, p 7).

Nesse momento, houve grande demanda por uma educação que contemplasse uma formação crítica e reflexiva em todas as etapas da educação básica, e para tal, a formação do professor seria indispensável. Esta preocupação com formação do professor tornou-se mais evidente a partir da aprovação em 1996 de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), apresentado ao Senado por Darcy Ribeiro.

Considerando a formação do professor de história é necessário registrarmos um ponto extremamente significativo a nossa discussão, este consiste na dicotomia entre o ensino e a pesquisa. Os estudos de Franco e Ferreira (2008) nos mostram que apesar dos intensos debates advindos da nova LDB, persistiam e ainda persiste em muitos cursos de licenciatura em história, a valorização do pesquisador em detrimento do ensino. Sobre isso, estes autores salientam que é essencial iniciativas que levem à integração entre esses dois mundos.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO



Amparamo-nos metodologicamente na pesquisa-ação, pois, a mesma permite ao estudante através de suas investigações, uma aproximação ao futuro campo de atuação.

As investigações aconteceram na Escola Estadual Luiz Augusto Azevedo de Menezes, localizada no centro da cidade de Delmiro Gouveia – AL. O levantamento das informações foi feito por meio de diálogo e uma entrevista semi-estruturada com um professor de história do ensino médio que leciona no horário noturno da referida instituição. Este professor é graduado em história, pela faculdade AES e com especialização em “educação, direitos humanos e diversidade”. Com relação ao tempo de serviço, ele vem atuando na rede pública deste município a sete anos.

Os dados obtidos foram interpretados a luz de autores como: Alex Araújo (2010), Renato Franco (2008), Coelho (2009), Vitória Silva (2004) e o documento Parâmetros Curriculares Nacionais de História (1998), os quais sinalizam que refletir sobre a educação é refletir sobre o próprio homem. Deste modo, o ensino deve está atrelados a dimensões humanas como: política, econômica, cultura e religião.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os relatos do professor nos levaram a reafirma o quanto nosso país necessita avançar em termos de educação, uma vez que, segundo o mesmo muitos são os desafios vivenciados na docência. Entre eles destaca:

“A falta de leitura”.

De acordo com o entrevistado o pouco habito de leitura dos seus alunos, é algo proveniente de uma má formação nas séries anteriores, onde a leitura não ocupa o espaço que lhe é próprio. Logo, quando o adolescente ingressa na ultima etapa da educação básica, o ensino de história torna-se dificultoso, pois além do trabalho com as palavras, há também, o trabalho com a leitura de imagens e mapas.

Esta inquietude nos levou a evidenciar que a leitura na educação em geral, tem se enveredado em uma prática mecanizada e de memorização, onde as experiências cotidianas dos alunos e suas práticas sociais de leituras advindas de outros contextos são pouco valorizadas.

Tomando como referencia os estudos de Silva (2004, p 71), para análise acerca desta problemática, é necessário “entendermos que ler é construir significados, ou seja, a leitura é um

processo mediante o qual se compreende a linguagem escrita, sendo o leitor um sujeito ativo que interage com o texto”.

Nesse sentido, é interessante que as práticas de leitura em sala sejam pensadas de maneira que permitam as crianças e adolescentes desenvolverem a percepção, reflexão e troca de saberes e experiências. Em história, estes fatores são fundamentais para a construção do conhecimento a respeito do mundo e de seus acontecimentos.

Outra dificuldade apontada pelo professor consiste no material didático – livro-, segundo o mesmo:

“O material didático, é um pouco desatualizado, principalmente no terceiro ano, pois não contempla assuntos atuais, tanto da história geral, como do Brasil”.

Dialogando sobre este assunto, percebemos a partir dos anseios do professor, que o material nas condições em que se encontra tem dificultado que os alunos compreendam a história como algo em constante movimento. Esta problemática, nos fez rememorar a leitura do artigo “Desafios do ensino de história” de Ferreira e Franco (2008), quando abordam sobre a produção de livros didáticos no Brasil, assinalado como este tem sido um produto mercadológico de grande lucratividade. Ressaltando que na produção, bem como, na seleção do mesmo pelos sistemas de ensino, a dimensão lucrativa tem se sobreposto a dimensão metodológica do livro.

Concomitantemente a Ferreira e Franco (2008) as orientações propostas pelo PCN de história (BRASIL, 1998, p 79) afirmam que:

O material didático é um instrumento específico de trabalho na sala de aula: informa, cria conflitos, induz à reflexão, desperta outros interesses, motiva, sistematiza conhecimentos já dominados, introduz problemáticas, propicia vivências culturais, literárias e científicas, sintetiza ou organiza informações e conceitos. Avalia conquistas.

Portanto, é preciso que entendamos o livro didático como auxiliador do professor, de modo que contribua para o desenvolvimento da capacidade crítica do aluno, atentando para o fato de que sua escolha não deve estar atrelada a ideologias de direita e/ou esquerda, mas pelas possibilidades de problematização destes discursos.

No que concernem as contribuições que o ensino de história tem ofertado as turmas de ensino médio da referida escola, o discurso do professor foi breve e pontual:

“é importante pela própria concorrência no ENEM e vestibulares.”



Grifando o preparo para o ingresso no ensino superior, não queremos desmerecer o discurso de nosso entrevistado, de fato precisamos estar preparados para as concorrências existentes na sociedade. Entretanto, tal pensamento, muitas vezes, tem se sobreposto ao real objetivo da educação, que consiste em preparar para a vida. Logo, a escola deve propiciar ao aluno o acesso aos conhecimentos já produzidos e acumulados com o passar dos anos, permitindo que opere com esses conhecimentos e tenham a oportunidade de reconstruí-los e resignificá-los.

CONCLUSÃO

A história enquanto disciplina escolar busca preparar o aluno para conhecer e atuar nos processos de construção da cidadania e da democracia do país. No entanto, até que se chegue a essa assertiva, muito ainda precisa ser conquistado. A efetivação do ensino de história deve iniciar de maneira comprometida desde o ensino fundamental menor, contudo por tal deficiência, quando os alunos chegam ao ensino médio, apresentam dificuldades como: falta de conhecimentos anteriores a respeito dos conteúdos de história e pouco hábito de leitura, o que reflete negativamente na sua formação.

Deste modo, podemos afirmar que há uma dissociação entre o que se propõe pela legislação e orientações didáticas-metodológicas de nosso país, e o que efetivamente é realizado/vivenciado em nossas escolas, ou seja, existe uma dicotomia entre as teorias e a prática.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Alex Teixeira de. *Ensino de história e dialogicidade: desafios e perspectivas*. Graduando em História pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XIV – UNEB, 2010.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história* /Secretaria de Educação Fundamental. □ Brasília: MEC /SEF, 1998.

COELHO J. P. P; COELHO, M. P; BERTOLLETTI, V. A. *Uma análise histórica do ensino de história no Brasil: regime militar (1968-1972) e conservadorismo pedagógico*. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes e FRANCO Renato. *Desafios do ensino de história*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p. 79-93.

GONZAGA, Denilson Pinto. *Uma investigação sobre o ensino de história no ensino médio: desafios e possibilidades*. Escola Estadual Luiz Augusto Azevedo de Menezes, Delmiro Gouveia, 23 set. 2013, entrevista concedida a OLIVEIRA, Isabel Cristina.

SILVA, Vitória Rodrigues e. *Estratégias de leitura e competência leitora: contribuições para a prática de ensino em História*. História, São Paulo, 23 (1-2): 2004.